

PROCESSO SELETIVO 2008

09/12/2007

Compreensão e produção de textos

INSTRUÇÕES

1. Confira, abaixo, o seu número de inscrição, turma e nome. Assine no local indicado.
2. Aguarde autorização para abrir o caderno de prova. Antes de iniciar a resolução das questões, confira a numeração de todas as páginas.
3. A prova desta fase é composta de 07 (sete) questões discursivas de compreensão e produção de textos.
4. As questões deverão ser resolvidas no caderno de prova e transcritas na folha de versão definitiva, que será distribuída pelo aplicador de prova no momento oportuno.
5. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos aplicadores de prova.
6. Ao receber a folha de versão definitiva, examine-a e verifique se o nome impresso nela corresponde ao seu. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao aplicador de prova.
7. As respostas das questões devem ser transcritas **NA ÍNTEGRA** na folha de versão definitiva, com caneta preta.
Serão consideradas para correção apenas as respostas que constem na folha de versão definitiva.
8. Não serão permitidas consultas, empréstimos e comunicação entre os candidatos, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos eletrônicos ou não, inclusive relógio. O não-cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
9. Os aparelhos celulares deverão ser desligados e colocados OBRIGATORIAMENTE no saco plástico. Caso essa exigência seja descumprida, o candidato será excluído do concurso.
10. O tempo de resolução das questões, incluindo o tempo de transcrição na folha de versão definitiva, é de 5 (cinco) horas.
11. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao aplicador de prova. Aguarde autorização para entregar o caderno de prova, a folha de versão definitiva e a ficha de identificação.

DURAÇÃO DESTA PROVA: 5 horas

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

TURMA

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

CÓDIGO

✂

A partir da divulgação da lista de aprovados, os candidatos terão acesso ao seu desempenho individual no site do NC (www.nc.ufpr.br). Para obter essa informação, deverão ter à mão os seguintes dados:

nº de inscrição:

senha de acesso:

QUESTÃO DISCURSIVA 01

O episódio relatado a seguir ocorreu em Tubarão (SC).

A adolescente J. S. S. foi impedida de entrar em um baile de gala realizado no Clube S. J., sob a alegação de que não estava devidamente trajada. Após uma discussão entre sua mãe e a portaria do clube, a moça pôde ingressar e participar do evento. Dias depois, J. S. S. e sua mãe entraram com uma ação na justiça contra o clube, solicitando reparação de danos morais.

Leia abaixo trechos da sentença do Juiz de Direito L. R. A., emitida em 11 jul. 2002.

[...] No Brasil, morre por subnutrição uma criança a cada dois minutos, mais ou menos. A população de nosso planeta já ultrapassou seis bilhões de pessoas e um terço deste contingente passa fome, diariamente. A miséria se alastra, os problemas sociais são gigantescos e causam a criminalidade e a violência generalizada. Vivemos em um mundo de exclusão, no qual a brutalidade supera com larga margem os valores humanos. O Poder Judiciário é incapaz de proporcionar um mínimo de Justiça Social e de paz à sociedade.

E agora tenho de julgar um conflito surgido em decorrência de um vestido. Que valor humano importante é este, capaz de gerar uma demanda jurídica? [...]

Um primeiro problema que surge é saber enquadrar o conceito de traje de gala a rigor, vestido longo, aos casos concretos, ou seja, aos vestidos utilizados pelas participantes do evento. Nesta demanda, a pessoa responsável pelo ingresso no baile entendeu, em nome do requerido [o clube], que o vestido da autora não se enquadrava no conceito. Já a autora e sua mãe entendem que sim.

Como determinar quem tem razão? Nomear um estilista ou um colunista social para, cientificamente, verificar se o vestido portado pela autora era ou não de gala a rigor? Ridículo seria isto.

Sob meu ponto de vista, quem consente com a futilidade a ela está submetida. Ora, no momento em que uma pessoa aceita participar destes tipos de bailes, aliás, nos quais as indumentárias, muitas vezes, se confundem com fantasias carnavalescas, não pode, após, insurgir-se contra as regras sociais deles emanadas. Se frívolo é o ambiente, frívolos são todos os seus atos. Na presente lide, nada ficou provado em relação ao requerido, salvo o fato de que a autora foi impedida, inicialmente, de entrar no baile, sendo, posteriormente, frente às atitudes de sua mãe, autorizada a entrar. Não há prova nos autos de grosserias, ou melhor, já que se fala de alta sociedade, falta de urbanidade, impolidez ou indelicadeza por parte dos funcionários do requerido. Apenas entenderam que o traje da autora não se enquadrava no conceito de gala a rigor e, por conseguinte, segundo as regras do baile, sua entrada não foi permitida. Isto, sob meu julgamento, não gera danos morais, pois não se trata de ato ilícito. Para quem tem preocupações sociais, pode até ser um absurdo o ocorrido, mas absurdo também não seria participar de um evento previamente organizado com regras tão estultas? [...]

Para finalizar, após analisar as fotografias juntadas aos autos [...] não posso deixar de registrar uma certa indignação de ver uma jovem tão bonita ser submetida, pela sociedade como um todo, incluindo-se sua família e o próprio requerido, a fatos tão frívolos, de uma vulgaridade social sem tamanho. Esta adolescente poderia estar sendo encaminhada nos caminhos da cultura, da literatura, das artes, da boa música. Poderia estar sendo incentivada a lutar por espaços de lazer, de saber e de conhecimento. Mas não. Ao que parece, seus valores estão sendo construídos pela inutilidade de conceitos e práticas de exclusão. Cada cidadão e cidadã é livre para escolher seu próprio caminho. Mas quem trilha as veredas das galas de rigor e das altas sociedades, *data venia*, que aceite seus tempos e contratempos, e deixe o Poder Judiciário cuidar dos conflitos realmente importantes para a comunidade em geral. [...]

Nessa sentença, o juiz extrapola a questão que estava em julgamento (se a adolescente sofreu danos morais ao ser impedida de entrar no baile). Em um texto de 8 a 10 linhas, exponha sua opinião sobre a conduta do juiz. O texto deve apresentar:

- O fato que deu origem à ação judicial;
- O julgamento do juiz sobre a demanda específica (existência ou não de dano moral);
- Os aspectos em que o juiz teria extrapolado sua função;
- Uma avaliação dos argumentos do juiz.

QUESTÃO DISCURSIVA 02

O veto ao celular na escola

Rosely Sayão

Um projeto de lei que proíbe o uso de telefones celulares nas salas de aula de todas as escolas do estado de São Paulo foi aprovado no último dia 28 pela Assembleia Legislativa. Agora, depende apenas da sanção do governador para ser aplicado: 90 dias após sua publicação, passa a valer como lei.

Já sabemos que até crianças bem pequenas portam seus celulares com naturalidade e os levam para todos os locais. Também sabemos que escola não é lugar para celular, já que alunos e professores estão lá para um trabalho de foco, que exige concentração e superação. Além disso, se algum aluno precisar fazer ou receber um telefonema urgente, pode usar o telefone da escola.

O problema é que os pais decidiram que os filhos têm de estar com o telefone sempre. É que eles, a qualquer hora, podem querer falar com o filho e vice-versa. Assuntos inadiáveis? Não pode ser, já que todo dia eles se falam várias vezes.

Pelo jeito, os pais abdicaram da possibilidade de tomar uma decisão responsável a esse respeito. Sucumbiram, impensadamente, à pressão do mercado – que exige que os telefones sejam consumidos por todos – e dão os aparelhos aos filhos. Ensinam seu uso, apontam locais onde não é adequado portá-los ou situações próprias ou impróprias que motivam as chamadas? São poucos os que fazem esse trabalho educativo.

Creio que agem assim porque ganham um benefício secundário: estão sempre ligados aos filhos e fazem com que estes permaneçam na mesma situação. O celular que liga os

pais a seus filhos já foi comparado ao cordão umbilical. Não é uma analogia bem apropriada?

Por outro lado, as escolas logo constataram que os trabalhos escolares, que exigem foco, dedicação e concentração, ficavam prejudicados com a presença do celular. Por isso, muitas já vetaram seu uso e até aplicam sanções aos alunos que não obedecem a essa determinação. Mas tem sido difícil contornar a situação, porque os professores também usam o celular na escola, e isso, claro, leva os alunos a fazerem o mesmo.

Por isso, parece que o projeto de lei mencionado vem em boa hora e que pais e professores devem aceitá-lo de bom grado. Mas devo alertar que tal lei, caso sancionada, é bem perigosa.

Acima de tudo, porque coloca o Estado no lugar de pai. Os educadores precisam usar a autoridade na relação com os mais novos. Quando os pais precisam tomar uma atitude que desagrade aos filhos, preferem que seja outro – a escola, o Estado – a fazê-lo.

Mas, quando o Estado passa a legislar sobre a vida dos cidadãos, nunca se sabe quando e onde irá parar. Além disso, sabemos que regras evocam transgressões. Por isso, em educação é muito mais valoroso trabalhar com princípios do que com regras.

No mundo adulto, os princípios parecem ter perdido o valor: nós também queremos regras para transgredi-las com a mesma atitude da juventude. Afinal, num mundo que valoriza a juventude, somos todos jovens. Mas e os mais novos, por quem serão introduzidos na convivência civilizada com o outro e com a humanidade?

(Folha de S. Paulo, 6 set. 2007, Caderno Equilíbrio, p. 12.)

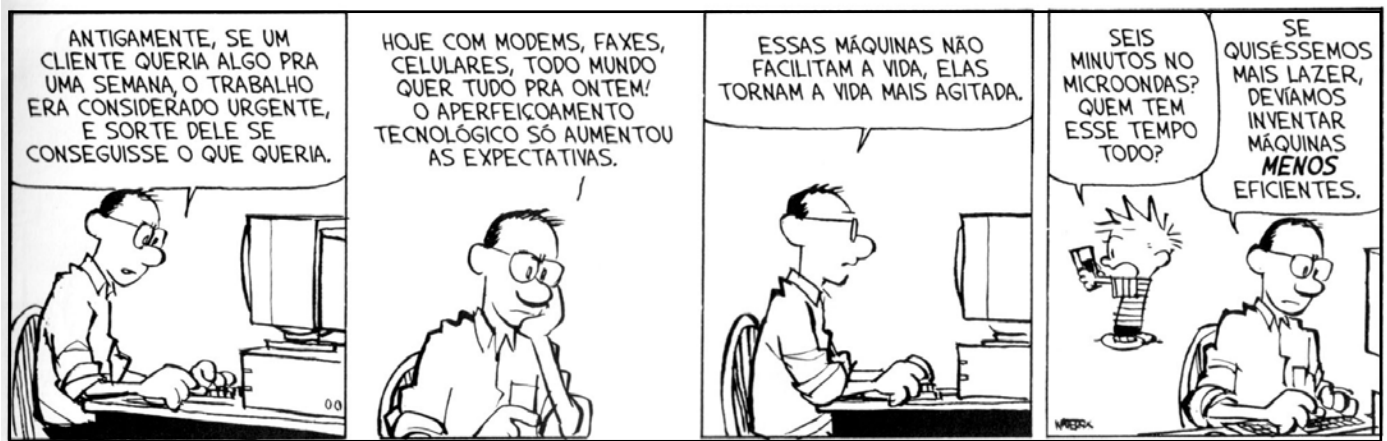
Tomando como ponto de partida o artigo de Rosely Sayão, escreva uma carta ao jornal Folha de S. Paulo, para ser publicada no painel do leitor. Seu texto deverá:

- ser autônomo: imagine que você será lido por pessoas que não tiveram acesso ao texto de Rosely Sayão. Portanto, não pressuponha esse conhecimento dos leitores;
- tomar um posicionamento da autora e apresentá-lo ao leitor;
- ter, no máximo, 15 linhas.

ATENÇÃO: Sua carta não poderá ser assinada. Qualquer sinal de identificação invalida sua prova.

RASCUNHO

QUESTÃO DISCURSIVA 03



(WATTERSON, Bill. *O mundo é mágico: as aventuras de Calvin e Haroldo*. São Paulo: Conrad Editora, 2007.)

Em um texto de 6 a 8 linhas, explique a lógica da afirmação do último quadro da tira: "Se quiséssemos mais lazer, devíamos inventar máquinas menos eficientes."

Limite mínimo

QUESTÃO DISCURSIVA 04

Faça um resumo, de até 10 linhas, do texto abaixo.

Compro, logo existo

Templo de culto à mercadoria, o modelo do *shopping center*, como o conhecemos hoje, nasceu nos Estados Unidos na década de 1950. São espaços privados, objetivamente planejados para a supremacia da ação de comprar. O que se compra nesses centros, contudo, é muito mais do que mercadoria, serviços, alimentação e lazer. Compra-se distinção social, sensação de segurança e ilusão de felicidade e liberdade.

O *shopping center* é um centro de comércio que se completa com alimentação (normalmente do tipo *fast food*), serviços (bancos, cabeleireiros, correios, academias de ginástica, consultórios médicos, escolas) e lazer (jogos eletrônicos, cinema, Internet). Ali o consumidor de mercadorias se mistura com o consumidor de serviços e de diversão, sentindo-se protegido e moderno. Fugindo de aspectos negativos dos centros das cidades e da busca conjunta de soluções para eles, os *shopping centers* vendem a imagem de serem locais com uma melhor “qualidade de vida” por possuírem ruas cobertas, iluminadas, limpas e seguras: praças, fontes, boulevares recriados; cinemas e atrações prontas e relativamente fáceis de serem adquiridas – ao menos para os que podem pagar. É como se o “mundo de fora”, a vida real, não lhes dissesse respeito...

O que essa catedral das mercadorias pretende é criar um espaço urbano ideal, concentrando várias opções de consumo e consagrando-se como “ponto de encontro” para uma população seleta de seres “semiformados”, incompletos, que aceitam fenômenos historicamente construídos como se fizessem parte do curso da natureza. O imaginário que se impõe é o da plenitude da vida pelo consumo. Nesses espaços, podemos ocupar-nos apenas dos nossos desejos – aguçados com as inúmeras possibilidades disponíveis de aquisição. Prevalece a ideia do “compro, logo existo”.

Concluimos que esse mundo de sonhos que é o *shopping center* acaba reforçando nas pessoas uma visão individualista da vida, onde os valores propagados são todos relacionados às necessidades e aos desejos individuais – “eu quero, eu posso, eu compro”. Assim, colabora para uma deterioração do ser social e o retardamento do projeto de emancipação de seres mais conscientes, autônomos, prontos para a sociabilidade coletiva – que exige a capacidade da troca desinteressada, da tolerância, da relação verdadeiramente humana entre o eu e o outro, entre iguais e entre diferentes. Compreendemos que um ser social emancipado identifica as necessidades individuais com as da coletividade, sem colocá-las em campos opostos.

O *shopping center* híbrido representa hoje o principal lugar da “sociedade de consumo”, contribuindo para a sacralização do modo de vida consumista e alienado, um modo de vida em que há uma evidente predominância de símbolos como *status*, poder, distinção, jovialidade, virilidade etc. sobre a utilidade das mercadorias. O que se pode concluir é que o sucesso da fórmula atual do *shopping center* híbrido como lugar privilegiado para a realização da lógica consumista traz consigo o fracasso da plenitude do ser social, distanciando-o de qualquer projeto de emancipação e de humanização do ser humano. Como diz o poeta Carlos Drummond de Andrade [1902–1987] no poema *Eu, etiqueta*: “Já não me convém o título de homem./ Meu nome novo é coisa./ Eu sou a coisa, coisamente.”

(Adaptado de PADILHA, Valquíria. A sociologia vai ao *shopping center*. *Ciência Hoje*, mai. 2007, p. 30–35.)

RASCUNHO

QUESTÃO DISCURSIVA 05

Leia abaixo um trecho da entrevista do historiador Eric Hobsbawm à repórter Sílvia Colombo, do jornal *Folha de S. Paulo*. Na conversa com a jornalista, Hobsbawm discute questões abordadas no seu livro mais recente: *Globalização, democracia e terrorismo* (*Globalisation, democracy and terrorism*).

Folha: O sr. acredita que a supremacia norte-americana esteja em vias de se dissolver?

Hobsbawm: A guerra do Iraque está demonstrando que exercer influência no mundo todo não será possível. Ela está demonstrando que mesmo uma grande concentração de poder militar não pode controlar um Estado relativamente fraco sem certa aprovação e consenso deste. Defendo no livro que o projeto norte-americano de dominação externa está falindo. O que não significa que os Estados Unidos se tornarão um país mais fraco, ou que estejam em declínio ou colapso. Mesmo que percam os seus soldados, continuarão sendo uma nação importante, econômica e politicamente.

Folha: Mas onde estão os indícios dessa falência, além do fracasso da intervenção militar no Iraque?

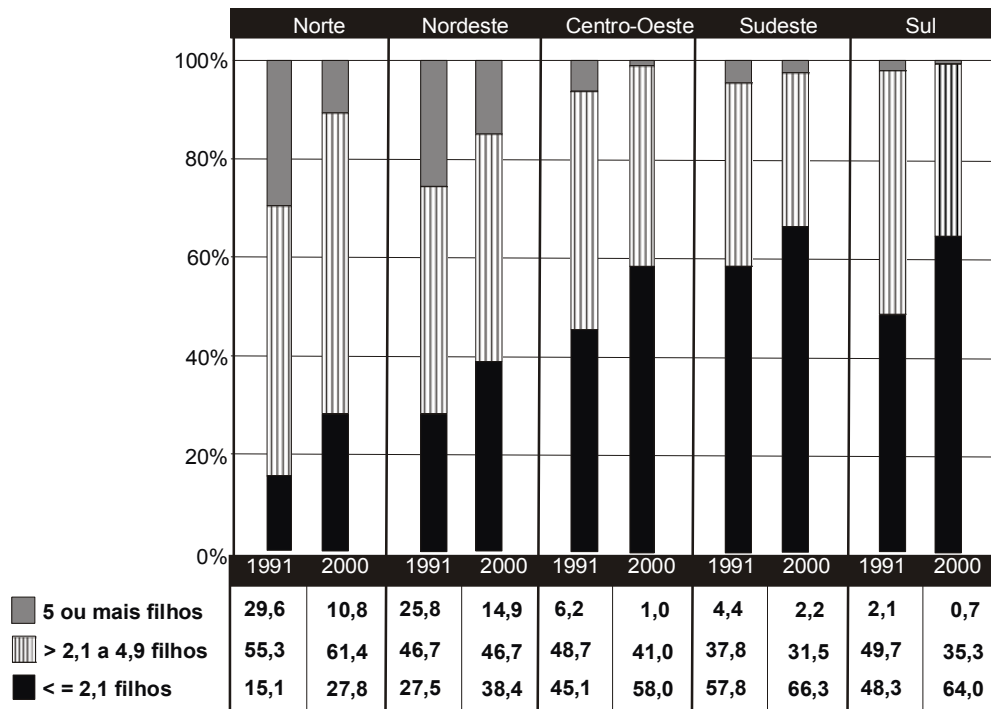
Hobsbawm: O império norte-americano não permanecerá, entre outras razões, por questões internas. A maior parte dos norte-americanos não quer saber de imperialismo e sim de sua economia interna, que tem mostrado fragilidades. Logo os projetos de dominação mundial terão de dar lugar a preocupações econômicas. E os outros países, se não podem conter os Estados Unidos, têm de acreditar que é possível tentar reeducá-los.

(*Folha de S. Paulo*, 30 set. 2007, p. A33.)

Exponha a opinião de Hobsbawm num texto em discurso indireto, de até 8 linhas.

QUESTÃO DISCURSIVA 06

O gráfico abaixo mostra as taxas de fecundidade (número de filhos por mulher) distribuídas por região brasileira entre os anos de 1991 e 2000. Em um parágrafo de no máximo 10 linhas, compare os índices entre as regiões.



Fonte: Censos Demográficos de 1991 e 2000 (microdados da amostra)

(Ciência Hoje, vol. 37, set. 2005, p. 32.)

QUESTÃO DISCURSIVA 07

O texto abaixo apresenta os parágrafos iniciais de um editorial publicado na *Folha de S. Paulo* em 18 de outubro de 2007. Escreva um parágrafo de 4 a 6 linhas que dê continuidade aos parágrafos iniciais, sem necessidade de concluir o texto. Uma continuação adequada deve:

- fazer a retomada de elementos já apresentados;
- introduzir informações novas, que garantam a progressão no tratamento do tema;
- apresentar uma articulação clara com os parágrafos iniciais.

Agora é oficial. O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, convocou rede nacional de rádio e TV para anunciar que o Brasil vive uma epidemia de dengue. De janeiro a setembro, registraram-se 481.316 casos da moléstia, contra 321.368 em igual período do ano passado. É um aumento de 50%.

O que mais preocupa é a questão da dengue hemorrágica (DH). Por razões não de todo conhecidas, certos indivíduos infectados por algum dos quatro sorotipos do vírus DEN desenvolvem a forma hemorrágica da doença, que pode ser fatal. Até setembro, 1.076 pacientes haviam evoluído para esse quadro, dos quais 121 (11%) morreram. É uma taxa muito elevada. Para a Organização Mundial de Saúde, com condutas médicas adequadas é possível manter a mortalidade de DH abaixo de 1%.

Limite mínimo